



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Prefeitura Municipal do Rio Grande**  
***Conselho Municipal de Educação***

Ata nº 001 /2022

Aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, reuniram-se, em sessão extraordinária por videoconferência e em virtude da Pandemia da COVID 19, os conselheiros Alexandre Souza, Ana Cristina Limas, Ângela Atalla, Elisângela Macedo, Helena Chiaffitelli, Joelma Madruga Furtado, Patrícia Ramos, Rita de Cássia Silva, Sabrina Barreto, Suzane Barros, Viviane Maria Rodrigues da Fontoura, a secretária Lílian Xavier Machado; as assessoras Jaqueline Micelle e Maria Aparecida Reyer, presididos pela conselheira Lisiane Kisner Silveira Torres. Também presentes na reunião a diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cipriano Porto Alegre, professora Rosa Maria Casanova, e as vice-diretoras Ana Salene e Neusa Regina Furtado. Ausentes, por motivo justificado, as conselheiras Rita de Cássia Madruga de Souza e Rosimeri Machado. A reunião começou com a presidente agradecendo a presença de todos e informando que os conselheiros realizaram o estudo dos documentos encaminhados pela SMEd que tratam sobre a implantação de uma escola cívico-militar no município do Rio Grande, mais precisamente na E.M.E.F. Cipriano Porto Alegre e, em razão dessa demanda, solicitaram a presença da equipe diretiva da Escola a fim de obter maiores esclarecimentos. A professora Rosa relatou que há cerca de vinte dias, recebeu um telefonema do Secretário de Município da Educação, Henrique Bernardelli, questionando se a escola teria interesse em ser inscrita no projeto de escola cívico-militar, o qual já existiria no Rio Grande do Sul desde o ano de dois mil e dezenove. Respondendo afirmativamente, a direção da escola, alguns dias depois, foi informada que a inscrição teria sido aceita. Dessa forma, foram agendadas uma reunião e uma audiência pública

para tratar do assunto, na qual tiveram direito a voto os pais, professores e funcionários que se fizeram presentes. Informou, ainda, que a escola terá auxílio de militares da reserva e que o corpo docente, o projeto político-pedagógico da escola e a grade curricular não sofrerão mudanças. Os militares atuarão como monitores e trabalharão através de projetos no contra turno e somente entrarão na sala de aula com a permissão do professor titular. A professora Rosa acrescentou que a intenção é a de melhorar o IBEB da escola e contribuir para a diminuição da defasagem dos alunos causada pelos últimos dois anos de pandemia. Continuando seu relato, a diretora da escola informou que entrou em contato com a direção de uma escola do município de Bagé que já possui o sistema de escola cívico-militar e, pelas informações obtidas, pode verificar que o funcionamento da escola só confirmou o que está exposto nas diretrizes do projeto. Os monitores trabalharão, entre outros temas, o civismo, os valores, os hinos nacionais e do RS. Frisou a diretora que a escola, como as demais escolas do município, não dispõe de recursos humanos para trabalhar no turno inverso e que os militares contribuiriam nesse sentido, ressaltando que os mesmos estariam subordinados à direção e equipe pedagógica da escola. Ainda, os projetos deverão ter a aprovação da equipe escolar e contarão com um coordenador representado por um militar, o qual atuará junto à supervisão escolar. Caso os projetos não se mostrem satisfatórios, a qualquer momento a escola poderá abrir mão de continuar sendo uma escola cívico-militar. A seguir, a professora Ana informou que os resultados obtidos pela escola de Bagé são excelentes, tendo zero evasão escolar e uma grande procura da comunidade. A professora Neusa disse que, no momento em que a escola Cipriano Porto Alegre recebeu o convite feito pela SMEd, imediatamente procurou obter todas as informações necessárias e verificou que o projeto vai ao encontro dos objetivos que a escola Cipriano já possui. Ressaltou que vê a possibilidade de resolver o problema de falta de recursos humanos. A seguir, a presidente solicitou que os conselheiros realizassem seus questionamentos. A conselheira Viviane questionou o que segue: 1º) O uso do uniforme militar será obrigatório? 2º) Os voluntários contratados serão remunerados?

3º) Haverá recursos federais e quem fará a gestão de tais recursos? 4º) Haverá uma coordenação regional? 5º) Será permitido o uso de boné e de outros acessórios típicos dos adolescentes? O conselheiro Alexandre acrescentou a seguinte questão: será respeitada a liberdade individual de alunos e professores, como, por exemplo, o corte de cabelo? A professora Rosa manifestou-se dizendo que tais questionamentos tratam-se sobre escolas militares, que se diferem totalmente de uma escola cívico-militar. A presidente discordou da colocação afirmando que tais questionamentos baseiam-se em pontos apresentados no documento encaminhado pela SMEd. A professora Ana informou que, à princípio, os alunos usarão o uniforme das escolas públicas municipais e que a implantação do uniforme militar será realizada de forma gradual para os alunos. O corte de cabelo e a liberdade individual de alunos e professores serão respeitados. Ainda, informou que toda o aspecto financeiro do projeto é financiado pelo Governo Federal, inclusive o pagamento dos monitores e que, no ano de dois mil e vinte e dois, as matrículas serão realizadas através da Central de matrículas da SMEd. A conselheira Helena disse desconfiar da proposta de implantação de uma escola cívico-militar devido ao momento político atual e que, a seu ver, existem aspectos positivos e negativos. Acrescentou que, num primeiro momento, não é favorável ao projeto, porém pensa ser possível a implantação de um projeto-piloto com avaliação ao longo do processo uma vez que as dúvidas em relação ao assunto são inúmeras. A professora Ana ressaltou que os militares que atuarão na escola são todos graduados em uma licenciatura e concordou que o projeto possui prós e contras. Ressaltou que, caso a avaliação do projeto ao final do primeiro ano seja negativa, a escola poderá cancelá-lo e que a escolha desse projeto foi feita pela comunidade escolar. A conselheira Joelma afirmou já se sentir esclarecida com as informações fornecidas. A seguir, a conselheira Suzane realizou as seguintes perguntas: a) Qual o número atual de alunos da escola Cipriano Porto Alegre? b) Qual o número de professores dos anos finais? c) Quantas turmas existem do sexto ao nono ano? d) Quantos professores dos anos finais compareceram à audiência pública? e) Em relação às diretrizes, quantos professores dos anos

finais tiveram acesso à intenção da escola em aderir ao projeto bem como às diretrizes do referido projeto? f) Quem avaliará o currículo dos monitores? g) Como se deu a divulgação da audiência pública já que o CME não foi informado? h) Por que existem duas Atas e onde consta o regramento da audiência pública? A professora Ana informou o que segue: a) A escola conta atualmente com cerca de quatrocentos alunos do sexto ao nono ano; b) são catorze professores que atuam nos anos finais; c) A escola possui doze turmas de anos finais, sendo três delas de sexto ano; d) apenas dois professores de anos finais compareceram à audiência pública porque não foi feita convocação e sim convite uma vez que os professores se encontravam em período de férias A professora Rosa informou que os professores não foram chamados para o estudo das diretrizes, o que foi realizado pela equipe pedagógica e, depois, repassado ao grupo de professores. A intenção da direção da escola é a de avaliar se o projeto trará resultados positivos uma vez que os alunos foram afetados pelo momento de pandemia e o maior problema da escola é a falta de recursos humanos. Ainda, garantiu que dentro da escola Cipriano Porto Alegre não existe política partidária e que sua preocupação é exclusivamente com o aluno. Quanto à avaliação do currículo dos monitores, a diretora disse não possuir essa informação, mas que a escola terá acesso à formação dos monitores. Em relação à divulgação da audiência pública a professora Ana relatou que o convite foi feito através da Plataforma Digital com vinte e quatro horas de antecedência. Quanto às Atas, informou que a reunião e a audiência pública foram realizadas no mesmo dia, uma após a outra. A conselheira Suzane ressaltou que os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um são anos atípicos quanto à defasagem escolar agravada pela Pandemia e que as diretrizes do projeto em questão não são iguais aos PPPs escolares. A seguir, a conselheira Elisângela questionou se a possibilidade de abertura de vagas para filhos de militares será obrigatória ou deverá ser uma opção da escola, sendo informada pela professora Ana de que, possivelmente, isso deverá ser uma escolha da Secretaria de Educação. A conselheira Ângela disse que o momento é o de saber quais as contribuições que a escola cívico-militar trará para o município. A conselheira Viviane

questionou novamente quem será o coordenador regional do projeto, tendo sido informada pela professora Ana que existem dois cargos: um coordenador da região Sul e um oficial de gestão, que será um militar subordinado à gestão escolar e equipe pedagógica. A conselheira Ângela informou que existe um edital para a seleção dos monitores. Dando continuidade, a assessora técnica Jaqueline fez três questionamentos: 1) a prerrogativa de encerrar o projeto, caso assim o deseje, será da escola ou necessitará do aval do Secretário de Educação ou do Prefeito Municipal? 2) quanto aos monitores com licenciatura, há preocupação de conflito entre a atuação desses e o PPP da escola? 3) qual a possibilidade de os professores regentes terem de acompanhar os monitores em atividades fora de sua carga horária? A professora Ana informou que os monitores só atuarão na sala de aula por meio do chamamento do professor titular. No contra turno, os alunos serão atendidos somente pelos monitores e a equipe diretiva da escola os acompanhará em eventos fora do horário escolar. A conselheira Suzane questionou se a escola seguirá o Documento Orientador Curricular do Território Riograndino uma vez que as diretrizes do projeto da escola cívico-militar prevê a formação continuada dos professores para se adequarem à proposta. A professora Rosa disse que o Documento Orientador jamais será deixado de lado e que o professor que se sentir incomodado com o projeto tem a opção de retirar-se da escola. Ainda, ressaltou que não teme o termo “militar”. O conselheiro Alexandre questionou se a escola possui salas disponíveis para a oferta do contra turno. A professora Rosa disse que sim e que a implantação do contra turno será realizada de maneira gradual. A conselheira Joelma disse que o documento Orientador do território Riograndino está alinhado à BNCC e que acredita não haver incompatibilidade do projeto quanto a isso. O conselheiro Alexandre questionou se os alunos da educação especial serão contemplados com o projeto ao que a professora rosa respondeu afirmativamente. O conselheiro Alexandre lembrou que esses alunos deverão ser atendidos de antemão uma vez que necessitam de um período maior de adaptação. A presidente agradeceu a presença da equipe da escola Cipriano pelos esclarecimentos prestados e informou que, em breve, o

CME se manifestará sobre o assunto através de Parecer. A equipe da escola Cipriano agradeceu o convite e retirou-se da reunião. Dando prosseguimento, a conselheira Suzane sugeriu que se encaminhe ofício à SMEd questionando qual o prazo que o CME dispõe para emitir Parecer sobre o assunto. Também questionou como está sendo realizado o processo para a contratação de monitores para os alunos com necessidades especiais. A conselheira Elisângela informou que o processo encontra-se em fase de aprovação e prevê a contratação de quinhentos e trinta monitores. A conselheira Patrícia sugeriu que o pleno de reúna antes do início do ano letivo de dois mil e vinte e dois para a elaboração de parecer sobre a escola cívico-militar. A presidente solicitou que os conselheiros tragam suas considerações por escrito na próxima reunião. A conselheira Suzane propôs que seja organizado um grupo menor de conselheiros para a elaboração do parecer que deverá ser embasado nas considerações de todos os demais. Quanto a data da próxima reunião, os conselheiros decidiram por aguardar resposta da Smed do ofício a ser encaminhado. Em relação à correspondência encaminhada pela Promotoria Regional de Pelotas sobre a extinção da E.M.E.J.A Paulo Freire, os conselheiros decidiram por encaminhar ofício manifestando sua posição contrária ao fechamento da escola e anexando Atas, Ofícios e Nota Pública pertinentes ao assunto. Por fim, a presidente solicitou que os conselheiros, tão logo elaborem seu posicionamento sobre a escola cívico-militar, o compartilhem com os demais pelo grupo de watts app. Nada mais havendo a tratar, eu, Lílian Xavier Machado, lavro a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pela presidente.

Lílian Xavier Machado  
Secretária do CME

Lisiane Kisner Silveira Torres  
Presidente do CME